

A Avaliação Trienal da Capes: Corpo Discente e Dissertações de um Programa de Mestrado em Psicologia

Denilson da Mata Daher
denilsonmata@ufs.br
UFSJ

Ana Alice Villas Boas
ana.alice@daeufu.br
UFLA

Josiane Damaso
josianedamaso@hotmail.com
IF Sudeste MG

Resumo: Este artigo tem por objetivo descrever as principais dificuldades enfrentadas pelo Programa de Mestrado em Psicologia de uma Universidade Pública, em relação ao quesito Corpo Discente e Dissertações da Avaliação Trienal da Capes. Para execução da pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas metodológicas: pesquisa bibliográfica, análise e compilação de documentos, entrevistas, elaboração e aplicação de questionário misto e por fim, a triangulação. Os resultados apontaram para a necessidade de redução dos prazos para as defesas dos discentes, possíveis hipóteses para o problema e algumas recomendações, alinhadas a este quesito de Avaliação Capes.

Palavras Chave: Avaliação Capes - Orientação - Dissertação - Discente -

1. INTRODUÇÃO

Os programas de pós-graduação, representam um potencial estratégico para integração entre a pesquisa científica e tecnológica. De acordo com Kuenzer e Moraes (2005), a pós-graduação foi implantada no Brasil com o objetivo de formar um professorado para atender à expansão do ensino superior e desenvolver a pesquisa científica. Para Joaquim *et al.* (2011), a pós-graduação é a principal fonte de formação do professorado do ensino superior, além de estimular o desenvolvimento da pesquisa científica.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), segundo o site da própria instituição (CAPES, 2012b), tem como missão desempenhar seu papel na consolidação e na avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no país, além de avaliar, divulgar a produção científica e, ainda, promover a cooperação científica internacional.

Na avaliação trienal realizada pela Capes, na área de Psicologia (CAPES, 2010a), entre os quesitos que apresentam um maior impacto sobre a avaliação do curso, está o Corpo Docente, Teses e Dissertações, que aprecia o perfil e a produtividade do corpo docente, incluindo a quantidade, qualidade e distribuição de orientação dos trabalhos concluídos e o tempo médio de titulação.

O Programa de Mestrado em Psicologia (PPGPSI)¹, objeto deste estudo, teve sua proposta aprovada pela Capes no ano de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008), e iniciou suas atividades em março de 2008. O Mestrado em Psicologia desta Universidade é composto por três linhas de pesquisa, sendo elas: Processos Psicossociais e Socioeducativos, Saúde Mental e Conceitos Fundamentais e Clínica Psicanalítica: Articulações. Ao iniciar as atividades era composto por quinze docentes, entre permanentes e colaboradores e por quinze alunos. No final de dezembro de 2012 estava com vinte e seis docentes e sessenta e um discentes.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o Programa de Mestrado em Psicologia desta Universidade, de forma a subsidiar o curso com estratégias de atuação, objetivando elevar o nível de classificação da Capes em uma próxima avaliação.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter empírico, que tem por objetivo, como ressaltam Marconi e Lakatos (2006) e Collins e Hussey (2005), obter insights e aumentar a familiaridade do pesquisador com seu objeto de pesquisa, no caso deste estudo, com o Programa Mestrado em Psicologia de uma universidade pública, a fim de oferecer subsídios e resultados que auxiliem a gestão do programa.

A escolha da pesquisa exploratória-descritiva surgiu da necessidade de averiguar, por meio de um levantamento com ênfase quantitativa e análises estatísticas, a situação atual do Programa de Mestrado em Psicologia, considerando o desempenho dos docentes e discentes, apoiando-se em padrões estabelecidos na avaliação trienal realizada pela Capes pela área de Psicologia (CAPES, 2010a).

Tendo em vista a delimitação do tema, realizou-se um estudo de caso no Programa de Mestrado em Psicologia desta Universidade. A escolha desse campo de estudo está relacionada à aproximação do pesquisador com os sujeitos que participarão do estudo. Além

¹ De acordo com recomendação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (COEP), da Universidade Federal de Lavras (UFLA), optou-se por omitir o nome da instituição na qual foi realizada a pesquisa.

disso, a pesquisa tem o propósito de oferecer ao Programa uma gama de informações que possam colaborar para uma melhor gestão do mesmo, uma vez que ela foi bem aceita no âmbito do programa. Por último, a escolha deve-se à inexistência de obstáculos para a execução deste trabalho.

2.1. PERFIL DOS ATORES DO PPGPSI

Antes de analisar os resultados da pesquisa, é interessante apresentar os atores que participaram da pesquisa de campo, utilizando-se dos dados fornecidos por meio do Google Docs® combinados com alguns dados primários coletados.

Dos 29 docentes do programa, 18 participaram da pesquisa, ou seja, 62,07%. Dos questionários analisados, a maioria (72,2%) foi respondida pelos docentes permanentes, seguidos dos docentes colaboradores (22,2%) e, por fim, dos ex-docentes(5,6%).

Os discentes participantes da pesquisa, no total de 54, representam 47,37% da população. Dos questionários analisados, a maioria (62,96%) foi respondida pelos egressos, seguidos pelos alunos regulares(35,19%) e, finalmente, dos alunos desistentes (1,85%).

2.2. FASES DA PESQUISA

Para a execução da pesquisa, utilizaram-se as seguintes técnicas metodológicas: pesquisa bibliográfica; análise e compilação de documentos e informações do programa e dados secundários; entrevistas com coordenadores e ex-coordenadores e alguns discentes que compuseram o colegiado ou a comissão de bolsas do programa; elaboração e classificação dos dados coletados; análise e interpretação dos dados; elaboração e aplicação de questionário misto e, por fim, a triangulação.

As entrevistas foram individuais, face a face, realizadas pelo próprio pesquisador. O roteiro foi baseado nas instruções de Alencar (1999), considerando o problema de pesquisa, o objetivo do estudo, o referencial teórico, as suposições, as observações do pesquisador e a análise de documentos.

Após a análise das entrevistas, foi elaborado o questionário misto. As questões estruturadas foram de múltipla escolha, dicotômicas ou, ainda, escalares. Utilizou-se a escala de Likert, em que o entrevistado escolheria uma opção entre cinco categorias de respostas, variando desde “discordo totalmente” a “concordo totalmente” (MALHOTRA, 2006, p.266), em que cada uma das opções da escala utilizada tem um ponto, sendo “concordo totalmente”, 5; “concordo”, 4; “indiferente”, 3; “discordo”, 2 e a opção “discordo totalmente”, 1.

O instrumento de pesquisa conteve questões estruturadas e não estruturadas. O questionário 1, aplicado aos discentes do curso, foi dividido em nove blocos e o questionário 2, aplicado aos docentes, foi dividido em oito blocos, buscou-se aprofundar os mais diversos assuntos relacionados à pós-graduação.

A coleta de dados foi, então, realizada com toda a população do Programa de Mestrado em Psicologia, por meio de questionários mistos enviados via correio eletrônico, com questões fechadas e abertas. Os questionários mencionados foram elaborados como documento no Google docs® e os dados obtidos foram posteriormente tabulados.

A população-alvo da pesquisa compreendeu os atores sociais do programa de pós-graduação em estudo, ou seja, docentes, ex-docentes, discentes, egressos e desistentes.

Coletados os dados, eles foram, inicialmente, tabulados com o auxílio do software Microsoft Excel® para, em seguida, serem analisados. Os resultados foram apresentados na

forma de tabelas, gráficos e comentários, destacando-se as informações mais relevantes, facilitando a interpretação e a análise estatística, permitindo verificar a situação do PPGPSI.

Por último, foi realizada uma triangulação, para se ter uma maior clareza e uma interpretação mais próxima da realidade. A triangulação de métodos auxiliou na melhor compreensão e entendimento dos fenômenos, visto que foram utilizadas, neste estudo, diferentes ferramentas de pesquisa, como análise documental, entrevistas, análise das entrevistas e coleta de resultado dos questionários mistos. Logo, com a triangulação, objetivou-se a contextualização e a mensuração das variáveis do estudo.

Espera-se que, com este levantamento das demandas, das expectativas e dos pontos positivos e problemas, enfrentados pelo Programa de Mestrado em Psicologia, possa-se contribuir para as futuras avaliações trienais da Capes, pois o estudo também oferece informações e sugestões relevantes para o programa. Ressalta-se que esta pesquisa é limitada, pois se trata de um estudo de caso no programa de pós-graduação de uma instituição federal de ensino superior, não sendo, portanto, possível uma generalização ou aplicação das conclusões em outros programas de mestrado.

3. A AVALIAÇÃO CAPES DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*

A área de Psicologia avalia cinco quesitos e há ponderações distintas entres os itens, como apresentado no Quadro 1. Para cada quesito, de acordo com os resultados dos indicadores que compõem o item, é gerado um conceito, que pode ser “muito bom”, “bom”, “regular”, “fraco” ou “deficiente”.

Quadro 1: Quesitos da Ficha de Avaliação

QUESITO	PESO
I – Proposta do Programa	0
II - Corpo Docente	15
III – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35
IV – Produção Intelectual	35
V – Inserção Social.	15

Fonte: Capes (2012a)

Apesar da importância da auto avaliação, muitos programas não a fazem e acaba por ocorrer o que Ramalho e Madeira (2005) intitulam de uma reação defensiva, quando poderia ser preventiva. A avaliação acaba por figurar como um tribunal, no qual, posteriormente, os advogados entrarão com recurso, os promotores defenderão a avaliação e um juiz julgará o mérito ratificando ou corrigindo o conceito atribuído àquele programa.

Ramalho e Madeira (2005) ressaltam que o sistema de avaliação tem a função de desenvolver a pós-graduação e incentivar a pesquisa. Logo, a Capes e as comissões assumem finalidades e objetivos maiores, e não apenas julgar os programas. A avaliação é idealizada como um meio de apoio, de fomento ao crescimento.

A área de Psicologia contava, na data da pesquisa, com 66 programas de Pós-Graduação. O Programa de Mestrado em Psicologia, objeto deste estudo, estava, avaliado com o conceito 3, assim como outros 18 cursos. Nota-se que a boa parte dos cursos, ou 37,9%, estavam avaliados com o conceito 4; receberam nota 7 apenas três Programas: Psicobiologia (USP/RP), Psicologia (UFRGS) e Psicologia Experimental (USP).

A primeira avaliação a que o curso foi submetido referiu-se ao triênio 2007-2009. Visto que o curso iniciou suas atividades em 2008, foi considerada sua atuação no biênio 2008-2009. Conforme explicitado na ficha (CAPES, 2010b) o curso estava naquele momento em fase de consolidação, com apenas dois anos de existência.

4. CORPO DISCENTE E DISSERTAÇÕES

O item do Relatório de Avaliação da Capes (CAPES, 2010a) analisado neste artigo, intitula-se Corpo discente e dissertações e busca analisar o perfil e a produtividade do corpo discente, incluindo a quantidade, a qualidade e a distribuição de orientação dos trabalhos concluídos, além do tempo médio de titulação. Trata-se de um quesito que apresenta um peso relevante, 35% da Avaliação (CAPES, 2012c).

4.1. TEMPO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

O primeiro item a ser analisado trata-se do tempo de defesa de dissertação. As tabelas da seção estão agrupadas por blocos e alguns desses blocos têm duas percepções: a dos docentes e a dos discentes. A Tabela 1, aborda itens de bastante relevância nesta seção e que tem um impacto considerável na avaliação Capes: são as orientações das dissertações no PPGPSI que, como será observado, têm levado mais tempo que o previsto, que é de 24 meses.

A primeira variável do grupo trata da mudança ocorrida no Regulamento dos programas de pós-graduação da instituição (PPGPSI, 2011), segundo o qual o tempo de prorrogação das turmas que ingressaram no mestrado, a partir de 2012, passou de dois anos para dois semestres, ou seja, o aluno tinha quatro anos, mas, agora, terá três anos para concluir o mestrado, contanto que tenha o aval do colegiado. Em V01A, 77,78% os docentes entendem que a alteração possibilitará uma maior cobrança, 16,67% mostraram-se indiferentes e 5,56% não enxergaram esta relação.

Tabela 1: Orientações sob a ótica dos Docentes

Variáveis	Frequência (%)				
	DT	D	I	C	CT
V01A A mudança do regulamento da pós-graduação, em 2011, possibilitou aumentar a cobrança sobre o aluno, pois o tempo de prorrogação passou de dois anos para dois semestres.	5,56	0,00	16,67	55,56	22,22
V02A As atividades profissionais dos discentes comprometem o seu desempenho no mestrado.	5,56	11,11	22,22	50,00	11,11
V03A Como orientador, eu informo aos alunos sobre a importância de seu desempenho para a avaliação do curso pela Capes.	0,00	0,00	16,67	33,33	50,00
Entre os motivos que levam alguns alunos a demorar mais de dois anos para concluírem o mestrado, estão:					
V04A A cobrança excessiva por	38,8	38,89	5,56	16,67	0,00

excelência por parte do docente.	9				
V05A A dificuldade do aluno na produção do conhecimento.	0,00	5,56	5,56	88,89	0,00
V06A Falta de clareza por parte dos docentes sobre a necessidade de formar os alunos no tempo previsto, seja bolsista ou não.	11,11	11,11	5,56	50,00	22,22
V07A O professor orientador não acompanhar o aluno de perto e não dar orientações frequentes.	5,56	11,11	16,67	38,89	27,78
V08A A cultura instalada entre os alunos de que eles podem atrasar o término do mestrado, sem problemas, pois o programa vai prorrogar sua inscrição.	0,00	0,00	11,11	38,89	50,00
V09A Condescendência excessiva do Colegiado, por não realizar o desligamento dos alunos do Programa, quando ultrapassam o prazo limite para o término do mestrado.	0,00	11,11	27,78	38,89	22,22

Legenda: DT-Discordo totalmente; D-Discordo; I-Indiferente; C-Concordo; CT-Concordo totalmente.

O item V02A mostra que a maioria dos docentes (61,11%) aponta que as atividades profissionais comprometem o desempenho do aluno, 22,22% mostraram-se indiferentes a esta relação e 16,67% discordaram da assertiva. A pesquisa aponta que há um percentual significativo de discentes que ingressam no mestrado acadêmico com experiências profissionais, 36,84%, 44 no total, e outros 1,75% ingressaram com vínculo suspenso para cursar o mestrado.

Buscando averiguar os motivos que levam os alunos a demorarem mais de dois anos para a conclusão do mestrado, foram levantadas algumas hipóteses, baseadas nas respostas das entrevistas. Em V04A, a maioria dos professores (77,78%) marcou as opções “discordo totalmente” ou “discordo”, quando se associa o problema do atraso a uma cobrança excessiva por excelência, por parte do docente; apenas 16,67% concordaram. Parece não ser esse um dos motivos do atraso.

Em V05A, a grande maioria dos docentes (88,89%) aponta que um dos motivos para o atraso é a dificuldade dos alunos na produção do conhecimento. Apenas 5,56% discordaram desta assertiva.

A variável V06A indica a falta de clareza por parte do docente sobre a necessidade do aluno defender a dissertação no tempo, tendo 72,22% dos docentes apontado que pode ser este um dos motivos e 22,22% não concordaram com a afirmação. Traçando um paralelo entre as respostas obtidas para esta assertiva e para a V01B, disposta na Tabela 2, nota-se que 48,15% dos discentes apontam a falta de cobrança do orientador como um dos motivos para o atraso no curso, enquanto 40,74% indicam existir a cobrança e este não ser o motivo para o prolongamento do curso. Contudo, diante dos dois resultados, percebe-se que não são todos os docentes do grupo que estão cobrando a defesa da dissertação dos alunos em tempo hábil.

A variável V07A indica que o atraso pode estar relacionado ao fato de muitos orientadores não acompanharem o aluno e não darem orientações com frequência. A maioria

dos docentes (66,67%) indicou ser este um dos problemas e apenas 16,67% não veem esta deficiência. Cruzando-se estes dados com os obtidos para o item V02B, da Tabela 2, pode-se concluir que a maioria dos discentes (55,55%) aponta as poucas orientações como problema para o atraso, enquanto 29,63% não indicam este problema.

Tabela 2: Orientações sob a ótica dos Discentes

Variáveis:	Frequência (%)				
	DT	D	I	C	CT
Entre os motivos pelos quais que grande parte dos alunos não conclui o curso no tempo estipulado pela Capes, estão:					
V01B Falta de cobrança por parte do orientador.	14,8 1	25,9 3	11,1 1	31,4 8	16,6 7
V02B Poucas supervisões para orientação da pesquisa.	9,26	20,3 7	14,8 1	44,4 4	11,1 1
V03B Condescendência excessiva do colegiado, por não aplicar desligamentos dos alunos, no Programa, quando ultrapassaram o prazo limite para o término do mestrado.	16,6 7	20,3 7	22,2 2	31,4 8	9,26
V04B Insuficiência do tempo previsto (dois anos) para concluir o mestrado, conforme estipulado pela Capes.	18,5 2	27,7 8	9,26	29,6 3	14,8 1
V05B O mau hábito de postergar as atividades.	11,1 1	14,8 1	11,1 1	37,0 4	25,9 3

Na ótica dos docentes que responderam à pesquisa, eles estão próximos dos alunos, pois 94,44% afirmaram que as orientações são presenciais e 5,56% afirmaram mesclar entre presencial e a distância. No entanto, quando se observam os resultados do questionário, com a mesma pergunta aplicada ao corpo discente, a proporção é um pouco diferente: 85,19% disseram receber orientações presenciais; para 12,96% elas são mescladas e para 1,85%, apenas a distância.

No que tange a assiduidade das orientações, sob a ótica do corpo docente. Segundo 72,22% dos entrevistados, elas ocorrem com frequência semanal ou quinzenal, enquanto 27,78% afirmaram ocorrer mensalmente. Não houve outro tipo de resposta. Entretanto, quando comparamos o resultado, a mesma pergunta foi aplicada ao corpo discente, a situação é bem diferente. A maioria (57,41%) indicou que as orientações são realizadas de forma semanal ou quinzenal; para 22,22%, elas ocorrem mensalmente; para 7,41%, são em período variável e houve, ainda, outras respostas, como frequência bimestral (3,70%), trimestral (5,56%) e semestral (3,70%). Portanto, conclui-se que nem todos os docentes estão dando as orientações de forma frequente e muitos acabam deixando o aluno livre, o que pode ser um dos motivos para o atraso na conclusão do curso.

Para a variável V08A, na Tabela 01, entre os problemas que colaboram para o prolongamento do prazo, está a cultura que se instalou no corpo discente de que, no PPGPSI, a prorrogação do curso é garantida. Logo, 89,89% dos docentes acreditam ser este um dos

motivos para o atraso, enquanto 11,11% marcaram a opção indiferente e não houve ninguém que discordasse.

Dos 61 alunos que deveriam ter concluído o curso em até 24 meses, apenas 9, ou 14,75% dos discentes, defenderam no tempo sugerido pela Capes. Todos os outros pediram prorrogação e tiveram os pedidos deferidos, alguns por até quatro semestres. Qualquer motivo é aceito para prorrogação. Basta formalizar a solicitação e apresentar a assinatura do orientador.

Dando continuidade ao assunto, em V09A, a assertiva sugere que, entre os motivos para o prolongamento do prazo, está a condescendência do colegiado, que não promove o desligamento de alunos. Os resultados apontam que 61,11% dos docentes creem ser este um dos motivos do atraso, enquanto apenas 11,11% marcaram a opção “discordo”.

Comparando-se com o resultado obtido com os discentes (Tabela 2, V03B) boa parte deles, 40,74% indicou ser este um dos motivos para o atraso, mas para 37,04% este não é o motivo para os atrasos.

Assim, diante destes resultados, fica nítida a necessidade de uma maior firmeza do colegiado, além da aplicação de desligamentos, e o aceite apenas de prorrogações de curso devidamente justificadas, pois, do contrário, esta cultura irá prevalecer e o curso continuará tendo maus resultados em relação ao tempo de defesa.

Verificando-se os dados primários coletados no Programa, os dados do Gráfico 1 mostram que parte considerável dos discentes (43,14%) conclui o mestrado entre 24 e 30 meses. Em seguida, a faixa em que maior número de alunos conclui o curso (37,25%) é a de 30 a 36 meses. A situação só não é pior porque, na linha 2, os resultados são bem distintos dos do grupo e 91,67% concluíram o curso em até 30 meses.

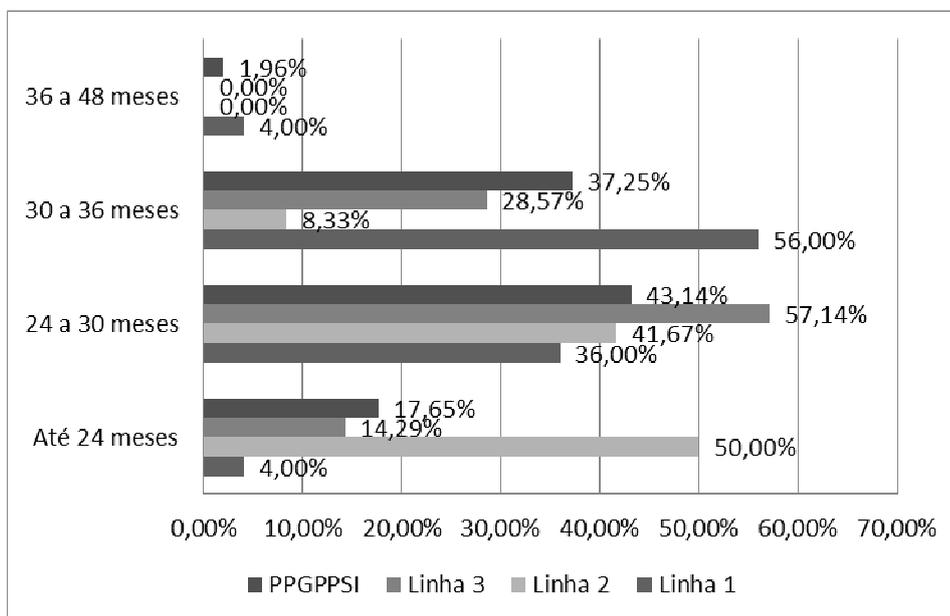


Gráfico 1: Faixa de tempo para defesa no PPGPSI

Os dados do Gráfico 2 demonstram a importância da qualificação no prazo correto. Conforme o regimento do Programa, deve ocorrer, preferencialmente, nos primeiros doze meses de curso do discente (PPGPSI, 2012). Observa-se que 90% dos alunos que qualificaram no tempo correto defenderam em até trinta meses. Por outro lado, entre os que qualificaram com mais de doze meses, apenas 41,94% conseguiram concluir o mestrado em até 30 meses.

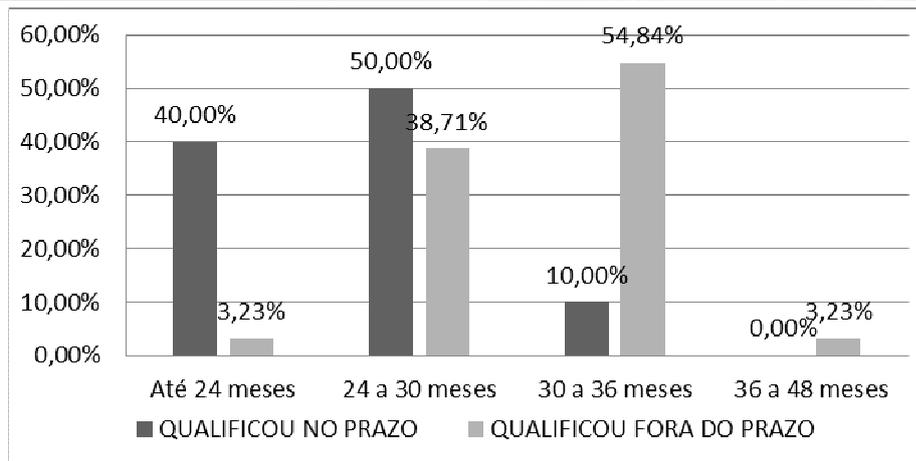


Gráfico 2: Relação qualificação x defesa

O tempo de ocorrência das qualificações no PPGPSI é um indicador relevante para as defesas, pois, se for prolongado, provavelmente, afetará o tempo para a defesa de dissertação. Observa-se que a maioria dos discentes participantes desta pesquisa (72,94%), está fora da faixa sugerida pelo regimento do curso, que é de até 12 meses.

Verifica-se, no Gráfico 3, como está a situação atualmente, podendo-se notar que, ao invés de melhorar, este problema está se agravando. Considerando os egressos do curso, 39,22%, qualificaram-se na faixa de tempo prevista pelo regimento. Já considerando os alunos regulares, apenas 8,82% qualificaram-se no prazo, o mesmo percentual dos que levaram mais de dois anos para chegar à qualificação. Deve-se observar que grande parte dos alunos regulares (26,47%) está levando de 18 a 24 meses para a qualificação, o que indica que há necessidade de providências, por parte da coordenação, ou, do contrário, ficará difícil melhorar o tempo de titulação do discente. Vale ressaltar que, em 31/12/2012, considerando aqueles que não haviam passado pela qualificação, 27 no total, 11,11% deles já estavam com 18 a 24 meses de curso.

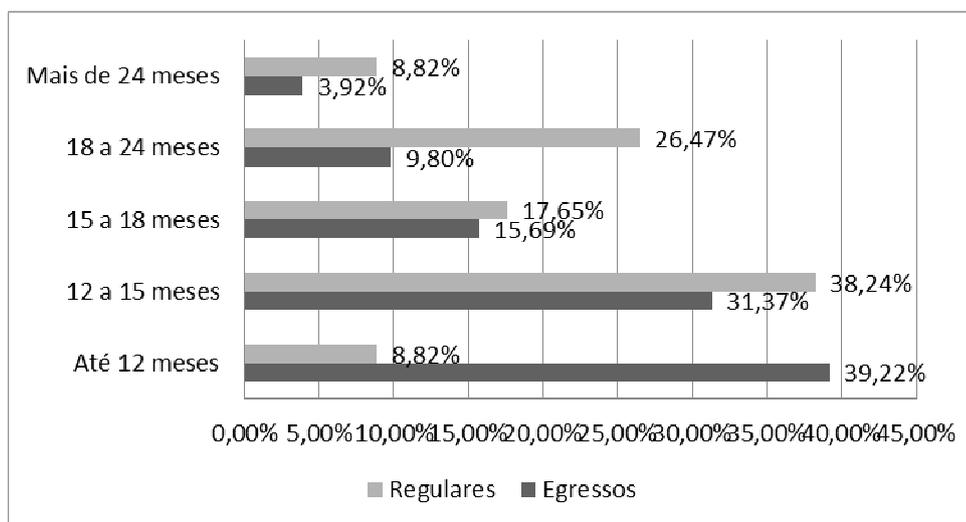


Gráfico 3: Faixa de tempo para qualificação dos alunos regulares e dos egressos do curso.

Retomando os dados da Tabela 1, verifica-se que a última variável, V03A, afirma que os docentes informam aos alunos sobre a importância do desempenho deles para a avaliação da Capes. Os resultados apontaram que 83,33% dos respondentes afirmaram que informam aos alunos, enquanto 16,67% dos docentes marcaram a opção indiferente. Não houve quem discordasse da assertiva.

Contudo, na assertiva “Conheço os critérios da Avaliação Trienal da Capes, à qual os cursos de pós-graduação stricto sensu são submetidos”, a proporção de discentes que desconhecem é a maioria (61,11%), tendo 7,41% se declarado indiferentes e apenas 31,49% responderam positivamente. Logo, pode-se concluir que, se, de fato, está havendo esta informação por parte do docente, ela tem sido falha.

Analisando a Tabela 2, em V04B é colocado que um dos motivos para o atraso é a insuficiência no tempo estipulado pela Capes, de dois anos para a conclusão do mestrado. Contudo, boa parte dos alunos (46,30%) não indica ser este o motivo, apesar de quase a mesma proporção (44,44%) acreditar que dois anos são pouco para o término do curso.

O último item é a variável V05B, na qual 62,96% dos discentes admitem ter o mau hábito de postergar suas atividades no Programa e que este é um dos motivos para o atraso. Por outro lado, 25,93% dos participantes afirmaram não ser este o motivo para o prolongamento do tempo de curso.

Salienta-se que a partir da turma que ingressou no Programa em 2013, entrou em vigor nova regulamentação que exige a submissão de um artigo científico antes da defesa da dissertação. A pesquisa aponta que 72,22% dos docentes respondentes acham que isto será vantajoso para o curso, pois garantirá maior número de publicações; outros 11,11% não enxergam dessa forma. Provavelmente, os que discordaram deve ser por conta do tempo de titulação, o qual, conforme verificado, está bem acima dos 24 meses e, com mais esta exigência, se não houver nenhuma mudança em relação à cobrança de tempo para defesa, a tendência deve ser o seu prolongamento.

4.2. TITULAÇÕES NO PPGPSI

Verificando-se os dados primários coletados no curso, verifica-se que a quantidade de titulação ocorrida no triênio 2010-2012 foi de 50, o que representa média de 16,67 por ano do triênio. Considerando a média de 17,66 docentes, isto equivale a média de 0,94 titulação por docente que orientou no PPGPSI.

Chama a atenção o fato de haver docentes permanentes com média de titulação inferior a 1, que é o recomendado pela Capes. É verdade que dois docentes permanentes mudaram de categoria apenas em 2012, contudo, quatro docentes apresentaram, no período, média anual de titulação inferior a 1.

Considerando apenas a situação dos docentes permanentes (Tabela 3), indicador que é avaliado pela Capes (2010a), a situação é um pouco pior. A quantidade de titulação é 40 e a soma dos três anos dá uma contagem de 46 docentes permanentes, o que representa uma média de 0,87, ainda mais distante do ideal que é de, pelo menos 1,0 por docente permanente.

Tabela 2: Titulação considerando apenas docentes permanentes

	2010	2011	2012	TRIÊNIO
Total de Titulações	15	12	13	40,00
Total de Docentes Permanentes	18	14	14	46,00
Média de Titulação por Docente Permanente				0,87

Examinando o tempo médio de conclusão dos egressos do PPGPSI, nota-se, que 42,86% dos docentes não conseguiram, no período analisado, fazer com que seus orientandos

concluísem o curso em até 30 meses, que é a recomendação do Relatório Trienal da CAPES (2010a).

A média geral do Programa ainda está dentro do limite sugerido pela Capes, que é de até 30 meses. No entanto, desconsiderando a turma de 2011 (na qual ocorreram apenas duas defesas até dezembro de 2012), a média de tempo está aumentando. A turma de 2008 titulou-se, em média, com 26,95 meses; a de 2009 levou 29,20 meses e a de 2010, 29,30 meses.

4.3. DESEMPENHO DOS ALUNOS BOLSISTAS

Esta seção tem por objetivo e comparar o desempenho dos alunos bolsistas em relação aos demais alunos do PPGPSI.

Tabela 4: Avaliação do desempenho dos bolsistas sob a ótica dos docentes

Variáveis	Frequência (%)				
	DT	D	I	C	CT
V10A Minha cobrança em relação aos orientandos se dá da mesma forma, seja bolsista ou não-bolsista.	0,00	11,1 1	11,1 1	55,5 6	22,2 2
V11A Não exijo dos não-bolsistas a realização da Atividade Acadêmica Programada (ATAP).	22,2 2	27,7 8	33,3 3	16,6 7	0,00
V12A Exijo que todos os bolsistas, independente da agência de financiamento, realizem estágio docência semestralmente.	5,56	16,6 7	33,3 3	44,4 4	0,00
V13A Deveria haver um processo anual de avaliação do aluno para a renovação de bolsa (considerando as notas nas disciplinas, as atividades desenvolvidas, o tempo correto para qualificação), podendo o aluno perder as 12 parcelas subsequentes caso seu desempenho não seja satisfatório.	5,56	5,56	22,2 2	50,0 0	16,6 7
V14A O Regulamento dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da IES e o Regimento do PPGPSI carecem de um maior detalhamento descrevendo os deveres dos alunos bolsistas.	0,00	5,56	33,3 3	38,8 9	22,2 2

Na Tabela 4 são apresentadas algumas variáveis que buscam mensurar o desempenho dos bolsistas sobre a ótica docente. A variável V10A refere-se à cobrança de desempenho de alunos que são bolsistas e não bolsistas, se ela ocorre da mesma forma para ambos e 77,78% assinalaram o “concordo” ou “concordo totalmente”. Esperava-se outro resultado, visto subentender-se que os alunos bolsistas podem dedicar-se integralmente ao curso e, por isso, empenharem-se mais.

A Atividade Acadêmica Programada (ATAP) faz parte da estrutura curricular do PPGPSI (2010) e equivale a três créditos. As atividades que podem ser realizadas são

orientação de alunos de graduação, estágio supervisionado em docência na graduação, participação em projetos de extensão e participação em projetos de pesquisa. Na variável V11A, a assertiva afirmava que a ATAP não era exigida dos alunos sem bolsa. No entanto, 50% discordaram, o que pode ser considerado um fator positivo, pois a ATAP contribui tanto para o aprimoramento das atividades de pesquisa e extensão pelos discentes, como para a atividade de docência. Outros 16,67% afirmaram não exigir tal atividade dos alunos sem bolsa de estudos.

Algumas agências de fomento, como a própria IES e a CNPq, não exigem a atividade de docência do aluno bolsista, contudo, Capes e Fapemig exigem que ela seja realizada em pelo menos um dos quatro semestres do mestrado. Por sua vez, os bolsistas do Reuni devem realizar atividades de docência todos os semestres do curso.

Desse modo, na variável V12A verifica-se se são exigidos dos alunos atividade de docência em todos os semestres, independente do recebimento de bolsa e 44,44% dos respondentes concordaram. O resultado significa que, além dos bolsistas do Reuni, outros alunos têm praticado a docência com frequência, o que é um ponto positivo para a formação do discente. Outros 22,23% disseram não exigir a atividade, todo semestre, para quem não é obrigado a praticá-la.

A última variável do bloco, V13A, aborda a necessidade de um processo anual de avaliação do aluno para a renovação de bolsa, visto que, atualmente, ao ser contemplado, o discente tem garantidas as 24 parcelas, independentemente de seu desempenho. Entre os itens apontados na assertiva como indicadores do desempenho do bolsista estão as notas nas disciplinas, as atividades desenvolvidas e o tempo correto para a qualificação. O percentual de docentes que enxergam a necessidade desta prática foi de 66,67% e os que não acham que ela seja necessária é de apenas 11,12%.

A Tabela 5 apresenta as assertivas sob a ótica dos discentes. A variável V06B aborda o mesmo assunto do parágrafo anterior e 57,41% dos discentes também apontaram essa necessidade. O interessante é que a maioria dos participantes da pesquisa era bolsistas (59,26%), o que indica que até parte dos que foram ou estão sendo contemplados com as 24 parcelas acha justa a avaliação para a renovação.

Tabela 5: Avaliação do desempenho dos bolsistas sob a ótica dos discentes

Variáveis	Frequência (%)				
	DT	D	I	C	CT
V06B O aluno bolsista deveria ser avaliado, anualmente, para verificar se ele faz jus a uma renovação da bolsa.	9,26	12,9 6	20,3 7	35,1 9	22,2 2
V07B O curso carece de uma resolução mais detalhada descrevendo os deveres dos alunos bolsistas (ex. maior empenho, formação no tempo previsto, obtenção de notas elevadas nas disciplinas e publicação em periódicos ou livros).	0,00	29,6 3	25,9 3	29,6 3	14,8 1

Um dos itens a ser avaliado para a renovação da bolsa seria o tempo para a qualificação. Comparando-se o resultado geral dos discentes com o tempo de qualificação dos

alunos bolsistas, a situação é ainda pior, pois 74% qualificaram-se fora do prazo. Boa parte dos bolsistas qualificou-se no intervalo de tempo entre 12 a 15 meses (36%); na faixa de 18 a 24 meses para qualificação, 18% dos bolsistas e 10% deles levaram mais de dois anos para qualificar. Estes dados, por si só, são suficientes para retratar a urgência da avaliação do desempenho do bolsista para a renovação e a manutenção da bolsa de estudos, pois não faz sentido manter como bolsista um aluno que está prejudicando o curso em sua avaliação junto à Capes.

Observa-se, nos dados estatísticos (Tabela 06), que, com exceção da moda, que neste caso não é tão relevante, a situação dos bolsistas é pior do que a dos discentes em geral. O tempo médio para qualificação é maior e mais da metade dos alunos leva mais de 13 meses e 22 dias para se qualificarem.

Tabela 6: Tempo para qualificação dos alunos do PPGPSI

	PPGPSI	BOLSISTAS
MÉDIA	14,87	15,58
MODA	13,00	12,00
MEDIANA	13,67	13,73

Por meio dos dados do Gráfico 4, observa-se que nem os alunos bolsistas têm colaborado com a melhoria no tempo de conclusão do curso. Ao contrário, o desempenho deles é pior do que o do grupo. Nota-se que apenas 12,90% dos bolsistas concluem o curso em até 24 meses, destacando-se, o desempenho dos discentes da linha 2. Por outro lado, 38,71% levam de 30 a 36 meses para concluírem o mestrado. Considerando apenas os da linha 1, este percentual é de inexplicáveis 60% dos bolsistas.

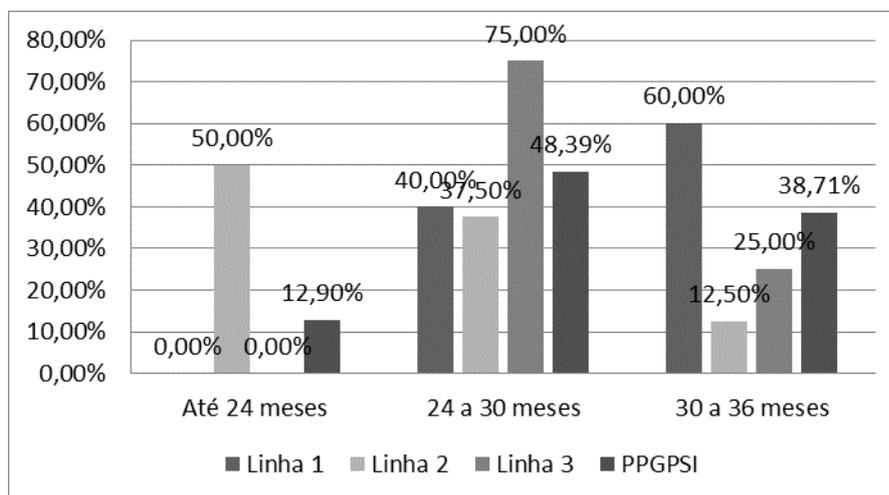


Gráfico 4: Faixa de tempo dos alunos bolsistas no PPGPSI

A análise dos dados estatísticos (Tabela 7) revela que o desempenho dos bolsistas tem sido pior do que o dos alunos não bolsistas e são eles os principais responsáveis pela elevação do tempo de formação no curso. Note, que os bolsistas apresentam uma média de tempo maior. Por sua vez, a moda menor, pode ser explicada pelos alunos, em geral, da linha 2, na qual muitos alunos defendem com 24 meses. Um detalhe interessante é que metade dos bolsistas está concluindo o mestrado com mais de 26,97 meses de curso.

Tabela7: Dados Estatísticos sobre o tempo de conclusão de curso

	ALUNOS PPGPSI	BOLSISTAS	NÃO BOLSISTAS
MÉDIA	28,01	28,42	27,39
MODA	33,00	24,00	33,00
MEDIANA	26,27	26,97	26,13

Por fim, a pesquisa aponta que boa parte (44,44%) dos discentes acredita que o curso carece de uma resolução para descrever os deveres e as obrigações dos bolsistas. São contrários a esta resolução 29,63% dos discentes. Nota-se que a assertiva V14A aplicada aos docentes, que aborda a criação de uma resolução, tanto interna, assim como das Pós-graduações da instituição, a maioria dos docentes concordaram 61,11%. Deste modo, tanto os docentes como os discentes estão de acordo, que o desempenho de alguns discentes bolsistas estão aquém do esperado, podendo ser um bom momento para confecção de uma resolução, visando ser mais justo com todos os alunos e melhorar a avaliação neste item.

4.4. SUGESTÕES APONTADAS PELOS DOCENTES E DISCENTES

Objetivando obter sugestões que possam contribuir para o crescimento do Programa e uma melhor Avaliação da Capes, em cada um dos questionários aplicados havia uma questão aberta opcional. Dentre as sugestões, relacionadas ao corpo discente e dissertações, destacam-se as seguintes:

Maior acompanhamento e detalhamento, por parte do PPGPSI, para com os discentes no cumprimento de suas metas e prazos, em consonância aos critérios estipulados de avaliação da Capes em vigência. (05/07/2013)

Deveria haver reunião mensal com os bolsistas para incentivar a participação dos mesmos no aprimoramento do programa. Eu sugiro que, nestas reuniões, sejam estabelecidas metas para aumentar a qualidade e o número de publicações. Seria um excelente momento para compartilhar detalhes acerca dos métodos de avaliação da Capes. (26/06/2013).

Os orientadores deveriam ter mais tempo para os alunos, tendo um espaço em sua agenda para uma orientação semanal. Os orientadores deveriam tratar os alunos com mais respeito. As três linhas de pesquisa deveriam conversar mais. Deveria haver mais bolsas de estudo. (29/06/2013).

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No presente estudo buscou-se analisar o Programa de Mestrado em Psicologia de uma universidade federal, baseando-se nos quesitos da Avaliação Trienal da Capes (2012c) para a área de Psicologia. O intuito da investigação foi alinhar vários aspectos relacionados à Avaliação Trienal da Capes. No total, 72 respondentes, incluindo os dois segmentos citados, participaram deste estudo e estes, ao menos no momento de responder ao questionário, puderam refletir sobre a situação atual do PPGPSI e os desafios para alcançar um melhor conceito na Avaliação Trienal da Capes.

Apesar de esta pesquisa apresentar algumas limitações, como, por exemplo, o fato de tratar-se de estudo de caso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia de uma instituição de ensino superior pública, não sendo possível a generalização ou a aplicação das conclusões a outros programas. Aponta-se um passo para que estudos mais avançados sejam realizados.

A última avaliação trienal da Capes, disponibilizada em dezembro de 2010, trouxe a Ficha de Avaliação do Programa de Mestrado em Psicologia aqui estudado (CAPES, 2010b), classificando-o como regular e atribuindo-lhe o conceito 3, destacando que se tratava de um programa em implementação e estava em fase de consolidação.

Com base nos resultados obtidos, nota-se a necessidade de se proceder a alguns ajustes no Programa, para que seus objetivos estejam mais alinhados com a proposta da Capes e, dessa forma, possa galgar conceitos. Portanto, nestas considerações, apresenta-se uma síntese de sugestões que podem colaborar com o Programa, na busca por uma melhor avaliação.

Um dos principais problemas detectados refere-se ao tempo de formação do discente, que ultrapassa, em média, o limite estipulado pela Capes. Em consequência deste atraso, outras áreas do programa são também afetadas. Ao prolongar o tempo, o docente mantém a orientação com aquele discente, deixando de orientar um possível candidato a ingressar no programa. Esse fator compromete também o ciclo das publicações, pois, ao final do curso, espera-se a publicação do discente com o orientador. Prolongando-se o tempo de curso, retarda-se, conseqüentemente, o retorno do produto científico. Os dados desta pesquisa ressaltam a gravidade do problema, afinal, dos 61 alunos que deveriam ter defendido em até 24 meses, apenas 14,75% concluíram o mestrado neste tempo.

Diante desses resultados, fica nítida a necessidade de uma maior firmeza do colegiado, além da aplicação de desligamentos e apenas o aceite de prorrogações de curso devidamente justificadas. Do contrário, esta cultura irá prevalecer e o curso continuará tendo maus resultados em relação ao tempo de defesa que, atualmente, já está na média de 28 meses.

Constatou-se que os atrasos na qualificação afetam o tempo de defesa. Logo, o colegiado precisa criar resoluções que façam com que os alunos passem pela qualificação no prazo sugerido no regimento, devendo ocorrer, preferencialmente, nos primeiros doze meses de curso, para cada nova turma (PPGPSI, 2012).

Entretanto, a pesquisa também mostra a parcela de responsabilidade do docente em relação aos atrasos dos discentes, pois foram apontados problemas na frequência das orientações e no acompanhamento do discente, durante o mestrado. Portanto, conclui-se que nem todos os docentes estão dando as orientações de forma frequente e muitos acabam deixando o aluno livre, o que pode ser um dos motivos para o atraso na conclusão do curso.

A criação de um regulamento referente aos bolsistas também é premente, pois os mesmos estão qualificando e defendendo em prazo médio superior ao dos demais alunos do curso. O bolsista deve fazer jus às parcelas dos recursos com que é contemplado, qualificando e defendendo no prazo correto, além de obter um elevado rendimento nas disciplinas e publicar. A pesquisa aponta que tanto os docentes como os discentes acreditam haver a necessidade de um regulamento que determine os deveres do aluno e um processo de renovação anual das bolsas, analisando, após 12 meses, se ele faz jus às 12 parcelas restantes.

De acordo com o que se apurou nesta pesquisa, 61,11% dos discentes não conhecem os critérios da Avaliação Trienal da Capes e isso, sem dúvida, dificulta a cobrança por melhores resultados. Sugerem-se mais reuniões com o corpo discente, pois, atualmente, ocorre apenas uma, quando os alunos ingressam no curso. Outra sugestão viável é a criação de uma cartilha, destinada tanto aos discentes como aos docentes do Programa, apontando os principais pontos da avaliação.

Aconselha-se, à secretaria e à coordenação, que façam uma análise anual, baseando-se em parte deste estudo, visando avaliar o desempenho do corpo docente e discente, norteando o Programa para que possa ter uma melhor avaliação no triênio.

Espera-se que este trabalho possa contribuir e suscitar outras pesquisas do gênero nos cursos de pós-graduação no país e que muitas das análises de desempenho aqui aplicadas passem a ser utilizadas com maior frequência pelos cursos de pós-graduação, evitando surpresas na Avaliação Trienal da Capes.

Por fim, almeja-se que os resultados desta pesquisa sejam aplicáveis e possam contribuir para que o Programa de Mestrado em Psicologia obtenha melhor avaliação junto à Capes e que, em breve, possa contar com o nível de doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 87, de 17 de janeiro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 de janeiro de 2008.

COLLINS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatórios de avaliação trienal 2007-2009 – Trienal 2010 - Psicologia**. Brasília/DF: 2010a. Disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/?page_id=1135>. Acesso em 15 out. 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Ficha da Avaliação Trienal 2010 do Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João Del-Rei**. Brasília/DF: 2010b. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?codigoPrograma=32018010005P9>>. Acesso em 15 out. 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Mestrados/Doutorados reconhecidos**: Grande Área de Ciências Humanas. Brasília/DF: 2012a. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&codigoGrandeArea=70000000&descricaoGrandeArea=CI%CANCIAS+HUMANAS+>>>. Acesso em 12 dez. 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **História e Missão**. Brasília/DF: 2012b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em 12 dez. 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatório do seminário de acompanhamento anual dos programas de pós-graduação em Psicologia**. Brasília/DF: 2012c. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Relatorio_Sem_Acomp_2012_Psic.pdf>. Acesso em 01 jun. 2013.

JOAQUIM, N. de F.; NASCIMENTO, J. P. de B.; VILAS BOAS, A. A.; SILVA, F.T. Estágio Docência: um Estudo no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 6, pp. 1137-1151, Nov./Dez. 2011.

KUENZER, A.Z.; MORAES, M.C.M. Temas e tramas na Pós-Graduação em educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, SP, vol.26, n.93, p.1.341-1.362, set./dez./2005.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA (PPGPSI). **Resolução nº 01**. Estabelece critérios e procedimentos de credenciamento e reconhecimentos. São João del-Rei/MG, 16 de Dezembro de 2011.

PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA (PPGPSI). **Regimento do Curso, atualizado no dia 13 de novembro de 2012**. São João del-Rei/MG: 2012.

RAMALHO, B.L.; MADEIRA, V.P.C. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.30, p.3-6, set./dez. 2005.